

1. Nós, bispos católicos do Estado do Rio de Janeiro, Regional Leste 1 da CNBB, tendo diante de nós as eleições a acontecer no próximo mês de outubro e cumprindo nosso dever de pastores, dirigimo-nos aos católicos e a todas as pessoas que desejam um mundo de paz. Reafirmamos nosso dever e nosso direito de orientar os fiéis, iluminando suas consciências à luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja. Assim como em outros momentos semelhantes, também agora, impulsionados pela fé, recordamos que a política é uma forma de viver a caridade.
2. Sempre será desafiador discernir em quem votar. Por isso, é indispensável exercer um discernimento crítico e responsável, buscando informações confiáveis e evitando decisões baseadas apenas em emoções, preconceitos, fanatismos ou conteúdos que podem não corresponder à verdade. O compartilhamento de notícias falsas prejudica a democracia e gera responsabilidade moral e jurídica para quem as difunde. Torna-se por isso necessário buscar fontes seguras de informação, dialogar com familiares, vizinhos e membros da comunidade, avaliando cuidadosamente as propostas e a trajetória dos candidatos.
3. O principal critério para o discernimento eleitoral deve ser o compromisso com a dignidade humana e a defesa integral da vida, desde a concepção até a morte natural. Esse compromisso se traduz na promoção de políticas públicas que assegurem saúde integral e educação de qualidade, moradia digna, segurança pública, proteção ambiental, valorização da família e atenção especial aos mais vulneráveis. Não basta que um candidato se apresente como religioso para merecer confiança. É necessário verificar sua coerência ética e sua capacidade de servir à sociedade. Nesse contexto, a Lei da Ficha Limpa constitui um importante critério de discernimento, devendo ser rejeitados candidatos envolvidos em corrupção, improbidade administrativa, compra de votos ou troca de favores. Isso se aplica aos cargos do Poder Executivo, mas também aos candidatos ao Poder Legislativo, cuja atuação é indispensável para o equilíbrio institucional.
4. No contexto do Estado do Rio de Janeiro, os desafios são particularmente urgentes. Nosso Estado vive uma grave crise institucional que nos entristece e envergonha. São desafios que pesam sobre a consciência dos eleitores e dos futuros governantes para a busca e a construção de uma realidade marcada pela paz e pelo bem de todos, especialmente dos mais fragilizados. As crises morais, políticas e socioeconômicas, somadas à corrupção, ao favorecimento, à violência verbal e à disseminação de informações falsas contribuem para o descrédito da política. O desânimo, a frustração e a falta de perspectiva podem conduzir à omissão, ao desperdício do voto ou à abstenção. O compromisso eleitoral faz parte da responsabilidade cidadã e da vocação cristã de promover a dignidade humana e a justiça social. Nosso Estado necessita de projetos consistentes e de longo prazo voltados para o enfrentamento da violência e da ausência do poder público, a melhoria da educação e a prevenção de catástrofes climáticas, entre outras demandas que afetam diretamente a vida da população.
5. Diante dessa realidade, a resposta não pode ser o isolamento nem a indiferença. Ao contrário, os cristãos são chamados a resgatar a dimensão mais nobre da política como serviço e amor ao próximo. Mesmo diante das decepções, permanece a responsabilidade de participar conscientemente da vida democrática. Não podemos generalizar, considerando que a política seja sempre suja. O voto continua sendo um instrumento legítimo de transformação social e de promoção do bem comum. O discernimento cristão propõe uma postura solidária, que coloca a dignidade humana no centro das decisões e se prolonga no acompanhamento da vida pública. “Se não quisermos, no futuro, pedir perdão por termos sido infiéis ao tesouro da dignidade humana que a nossa fé encerra, cabe-nos hoje ser diretos e firmes...” (*Papa Leão XIV, Encíclica Magnifica humanitas, 177*)

6. O processo eleitoral deve ser vivido com espírito de fraternidade e responsabilidade social. A paz social, a amizade cívica e o respeito às opiniões divergentes precisam ser preservados. “O verdadeiro progresso nasce sempre de um coração aberto ao outro, de uma inteligência disponível para ouvir, de uma vontade que procura mais o que une do que o que separa” (*Papa Leão XIV, Encíclica Magnifica humanitas, 15*). O debate político jamais deve destruir os laços familiares, comunitários ou eclesiais. Nenhuma eleição pode deixar como herança a divisão, a polarização ou a inimizade entre pessoas e grupos.
7. Reiteramos o incentivo àqueles que possuem vocação para a vida pública, integridade de caráter e espírito de serviço a considerarem a possibilidade de concorrer a cargos políticos. Sintam-se chamados a essa missão e a desempenhem com humildade, competência, respeito à diversidade de opiniões e compromisso com princípios éticos.
8. Por fim, lembramos que a responsabilidade democrática não termina no dia da eleição. Cabe aos cidadãos fiscalizar, cobrar, colaborar e acompanhar a atuação dos eleitos, para que as promessas se convertam em políticas concretas e para que a fraternidade, o bem comum, a dignidade da pessoa humana e a justiça social se tornem realidades cada vez mais presentes na sociedade.
9. “Com a mesma fé de Maria, tornemo-nos tecelões de esperança no nosso mundo, partilhando o que somos e o que temos, de modo que a presença de Jesus cresça entre nós e o seu Reino tome forma” (*Papa Leão XIV, Encíclica Magnifica humanitas, 245*).

Rio de Janeiro, 9 de junho de 2026  
Memória de São José de Anchieta, Apóstolo do Brasil